

RESENHA /
REVIEW



MORAIS, Artur Gomes. *Sistema de escrita alfabética*.
São Paulo: MELHORAMENTOS, 2012.

A “REINVENÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO” E O ENSINO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA

THE “REINVENTION OF BASIC LITERACY” AND THE TEACHING OF THE ALPHABETIC WRITING SYSTEM

Maria Carolina da Silva Caldeira*

Como ensinar o sistema alfabético de escrita para as crianças ou, dito de outra forma, como garantir o processo de alfabetização? Esta é uma questão que tem sido feita há séculos no contexto brasileiro.¹ Tendo-se em vista a histórica exclusão de parcela significativa de nossa população das práticas de alfabetização, debater esse tema é fundamental para a educação contemporânea. Visto isso, o livro de Artur Gomes de Moraes se insere nesse debate para sistematizar e problematizar algumas das respostas que têm sido dadas a essa questão na atualidade.

Parte integrante da Coleção *Como eu ensino*, da Editora Melhoramentos, o livro é didático em pelo menos dois sentidos. O mais evidente se refere ao fato de apresentar uma série de propostas de como organizar o trabalho de alfabetização em sala de aula. Assim, o autor apresenta sugestões – com o respectivo embasamento teórico – que podem subsidiar práticas de alfabetização. Além disso, o livro também tem caráter didático na medida em que pretende ensinar aos(às) professores(as) alfabetizadores(as) como organizar sua prática. Ele ensina, para tanto, como planejar o currículo, que estratégias metodológicas adotar, como avaliar as crianças na fase da alfabetização. Para isso, o livro traz também conceitos e teorias a fim de explicar como deve ser o trabalho do(a) alfabetizador(a), além de trazer exemplos de diferentes pesquisas realizadas pelo autor no campo da alfabetização.

* Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Centro Pedagógico da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG. E-mail: mariacarolinasilva@hotmail.com

Do ponto de vista teórico, o livro se insere na perspectiva de garantir um processo que vem sendo nomeado por Soares (2002) de “Reinvenção da alfabetização”. Segundo ela, nos anos de 1980, a introdução da psicogênese da língua escrita e dos estudos sobre letramento fez com que o processo de alfabetização fosse “desinventado”. Isso significa que as práticas específicas para alfabetizar foram deixadas de lado e ficaram ocultadas em meio ao processo de letramento, o que, por sua vez, levou a um progressivo fracasso na alfabetização. Assim, seria necessário, na atualidade, retomar as especificidades do processo de ensino da língua escrita, reinventando a alfabetização. Isso não significaria o retorno aos métodos tradicionais de alfabetização (fônicos, silábicos, globais...), mas, sim, a afirmação da necessidade de que um trabalho sistemático seja feito com o objetivo de garantir a aquisição da leitura e da escrita. Essa posição é corroborada por Morais (2012, p. 14), que defende “a necessidade de os professores terem metodologias de alfabetização que não têm nada a ver com ressuscitar os antigos métodos de alfabetização”.

Os cinco capítulos do livro podem ser divididos em dois grandes blocos. O primeiro deles é composto por três capítulos, em que o autor destaca questões conceituais relativas à alfabetização. No segundo bloco, são apresentadas atividades didáticas para serem desenvolvidas em turmas de alfabetização. Assim, os métodos de alfabetização são o tema do primeiro capítulo do livro, intitulado “Revisão de antigas formas de alfabetizar”, o qual é iniciado com discussão sobre o fracasso da escola brasileira na alfabetização. Além de trazer dados estatísticos, o autor aponta o “*apartheid*” educacional brasileiro, no qual coexistem os sistemas público e privado, que garantem trajetórias diferenciadas para os(as) estudantes. Em seguida, são apresentados os métodos de alfabetização, que, tradicionalmente, se dividem em dois grandes grupos: os sintéticos e os analíticos. Morais parte do pressuposto de que, apesar das diferenças entre eles, ambos advêm das mesmas concepções de aprendizagem, aprendiz e objeto de conhecimento. Assim, haveria mais semelhanças do que diferenças entre os métodos.

Ainda na discussão sobre os métodos, o autor apresenta questões sobre a prontidão para a alfabetização e a educação compensatória, perspectivas que estiveram em voga no Brasil até os anos de 1990 e que foram responsáveis por parte dos problemas que ainda existem na escola brasileira. A síntese realizada pelo autor é extremamente clara e informativa para entendermos a situação atual

da alfabetização. Sobretudo ao retomar as posições dos defensores dos métodos silábico e fônico, Morais nos dá subsídios para compreender por que o processo de reinvenção da alfabetização não pode ser confundido com o retorno aos métodos tradicionais. Ao reivindicar que estes têm uma concepção de aprendizagem equivocada, o autor possibilita que o(a) leitor(a) problematize algumas práticas que, com roupagem construtivista, ainda têm características dos métodos mais tradicionais de alfabetização.

No segundo capítulo, o autor aborda a teoria da psicogênese e a escrita alfabética como um sistema notacional. Embora possa parecer ultrapassado trazer a discussão a respeito da psicogênese – afinal, muito se falou e escreveu sobre ela desde sua emergência nos anos de 1980 –, o recorte feito é interessante para se compreender como podemos auxiliar as crianças a compreenderem o sistema de escrita. Além disso, tendo em vista o caráter didático que o livro assume explicitamente, retomar essa história pode ser importante para aqueles(as) que se iniciam nos estudos de alfabetização. Cabe registrar, ainda, que a discussão não se limita a descrever as etapas pelas quais as crianças passam no processo de aquisição da escrita, mas procura-se mostrar as implicações didáticas dessas etapas. Assim, em um primeiro momento, o autor explica o motivo pelo qual a escrita é um sistema notacional, e não um código. Nesse sentido, ele evita o uso de algumas expressões recorrentes no campo da alfabetização, tais como “codificar” e “decodificar”. Na concepção do autor, compreender a escrita como código significa ignorar o processo cognitivo envolvido em sua construção e aprendizagem. A psicogênese da língua escrita vem mostrar exatamente o processo de construção desenvolvido pelos(as) aprendizes.

Morais (2012) argumenta que, para compreender o sistema de escrita alfabética, a criança precisa responder duas questões: 1) o que as letras representam, notam ou substituem; 2) como as letras criam essas representações ou notações. Cada hipótese formulada seria uma tentativa de responder a essas questões. Nesse sentido, na etapa pré-silábica, a criança não descobriu ainda que as letras representam a pauta sonora das palavras. Elas também respondem a segunda questão de formas muito variadas, indo desde desenhos até as letras convencionais.

O grande avanço da fase silábica consiste no fato de a criança passar a compreender que a escrita representa a pauta sonora das palavras. No entanto, elas consideram que isso é feito utilizando-se uma letra para notar cada segmento sonoro. Sobre isso, Morais (2012) ressalta que, para chegar a esse estágio, as crianças precisam

desenvolver uma série de habilidades metafonológicas. A sofisticação dessas habilidades leva a criança à hipótese silábico-alfabética, na qual o “como representar a escrita” sofre nova alteração, que envolve não apenas analisar sílabas, mas também as unidades menores que compõem as palavras: os fonemas. Por fim, a criança chega à fase alfabética. Embora isso, em geral, seja confundido com estar alfabetizado, Morais (2012) destaca que as crianças nessa fase compreenderam os aspectos conceituais que envolvem o sistema de escrita, mas ainda precisam aprender as convenções que o envolvem.

Após a descrição das fases, o autor apresenta resultados de uma pesquisa em que se evidencia que o trabalho sistemático com o sistema de escrita auxilia o processo de alfabetização de forma mais incisiva do que as oportunidades sociais vivenciadas fora do ambiente escolar. Em seguida, Morais (2012) mostra como, em mais de 20 anos desde a publicação da pesquisa de Ferreiro e Teberosky (1999), tivemos avanços possibilitados por elas, mas também limitações. No primeiro grupo, destaca-se o fato de que se passou a compreender de forma mais clara que a escrita não é um código; superou-se a visão adultocêntrica no ensino da língua escrita; deu-se base para os estudos sobre o letramento; contestou-se o papel da prontidão; e construiu-se uma nova forma de ver o erro. Porém, no que concerne às limitações, o autor destaca como a psicogênese contribuiu para o esquecimento da necessidade de ensinar a língua escrita de forma sistemática. Assim, aspectos conceituais e convencionais deixaram de ser ensinados. Com relação aos últimos, evidencia-se como as questões de ortografia e caligrafia têm pouco destaque em práticas que se orientam exclusivamente pelo construtivismo ou, melhor dizendo, por uma visão distorcida dos estudos da psicogênese.

A superação do preconceito em relação à consciência fonológica é tematizada no terceiro capítulo da obra. Nele, o autor tenta mostrar como a suposta ausência de articulação entre teorias psicogenéticas e a consciência fonológica é falsa. Para isso, são apresentados exemplos de como, desde muito cedo, as crianças refletem sobre a língua, o que evidencia sua capacidade de pensar sobre a língua escrita. Mostra-se também como algumas habilidades – como análise da quantidade de sílabas orais de uma palavra e identificação de palavras começadas ou terminadas com a mesma sílaba ou fonema – são importantes para que as crianças passem de uma hipótese sobre como funciona o sistema de escrita para outra. Tendo isso em vista, Morais (2012, p. 91) defende que “um bom trabalho escolar de promoção de certas habilidades fonológicas, desde o último ano da educação infantil, pode

facilitar em muito o aprendizado de nossas crianças”. O domínio de algumas habilidades de consciência fonológica não é, contudo, condição suficiente para a alfabetização.

Recorrendo mais uma vez aos resultados de pesquisas desenvolvidas em turmas de alfabetização, o livro mostra como o trabalho com parlendas, cantigas e trava-línguas pode, desde a educação infantil, auxiliar no desenvolvimento de habilidades de consciência fonológica, sem que isso signifique o treino mecânico e descontextualizado dessa reflexão. Além disso, os jogos de alfabetização podem auxiliar nessas e em outras habilidades importantes.

Para finalizar, o autor sistematiza o debate acerca do retorno aos métodos fônicos. Posicionando-se contra esses métodos, mas favoravelmente ao trabalho com algumas habilidades fonológicas, Morais (2012) afirma que eles adiam o contato infantil com textos reais, submetendo os(as) aprendizes a falsos textos com o objetivo exclusivo de ensinar fonemas. Destaca, portanto, a necessidade de se trabalhar a consciência fonológica articulando-a ao letramento.

Nos dois últimos capítulos, o autor destaca algumas práticas de ensino do Sistema de Escrita Alfabética que permitem articular os princípios teóricos anteriormente explorados. Assim, reitera-se a ideia de que é preciso ensinar sistematicamente o sistema de escrita, sem deixar de lado as práticas de uso de textos reais em sala de aula. Assumindo um caráter um tanto quanto prescritivo, o autor define metas ou expectativas de aprendizagem para cada ano do processo de ensino-aprendizagem da alfabetização. Defende, assim, a necessidade de um currículo que vá dos 4 aos 8 anos de idade, período no fim do qual a criança deve estar plenamente alfabetizada. São sugeridas, ainda, atividades que permitem desenvolver as habilidades de consciência fonológica anteriormente definidas como importantes. Como estratégias para avançar no processo de aprendizagem da lectoescritura, são sugeridos a exploração de palavras “estáveis” – aquelas que o(a) aluno(a) memorizou e sobre as quais não tem dúvidas quanto à escrita –, o trabalho com o alfabeto móvel, o uso de jogos tipicamente escolares – tais como caça-palavras e cruzadinhas – e a exploração de frases e textos, particularmente textos da tradição oral e da literatura infantil.

Para finalizar a obra, o autor discute duas questões polêmicas: o ensino de ortografia e gramática na alfabetização; e questões relativas à avaliação nessa etapa do ensino. Quanto à primeira polêmica, há uma postura explícita de defesa de que a norma ortográfica seja ensinada no fim do segundo ano e no terceiro ano, priorizando-se as regularidades. Esse trabalho deve levar o(a) estudante a perceber essas

regularidades e deve ser desenvolvido também de maneira sistemática. Com relação às irregularidades, o(a) aluno(a) terá o restante do ensino fundamental para discuti-las. No que se refere à avaliação, o autor ressalta a necessidade de avaliar tanto os aspectos conceituais como os convencionais. Para isso, ele apresenta algumas fichas de avaliação e perguntas que o(a) docente deve se fazer para saber como a criança está avançando no processo de alfabetização. Não basta, entretanto, apenas avaliar. É preciso pensar em intervenções didáticas que possam contribuir para o avanço no processo de alfabetização.

A síntese dos capítulos aqui apresentada evidencia o destaque que o livro dá à sistematicidade do ensino do sistema de escrita alfabética como algo fundamental para garantir o sucesso no processo de alfabetização. Tendo em vista que diferentes respostas já foram dadas à questão “como ensinar a ler e a escrever?”, o livro parece chegar a um meio-termo, em que se mesclam diferentes concepções teóricas, resultados de pesquisas e exercícios práticos para tentar garantir a alfabetização infantil. Esse parece ser um caminho interessante encontrado hoje pelos estudos de alfabetização. Não se trata mais de curvar a vara para uma teoria ou outra, mas de refletir com equilíbrio sobre as vantagens e as limitações de cada uma delas. O livro de Arthur Gomes de Moraes pode contribuir para que mais publicações nesse sentido sejam produzidas, auxiliando nas práticas de alfabetização realizadas em nosso país.

REFERÊNCIAS

- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- MOLL, Jacqueline. *Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender*. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- MORAIS, Artur Gomes. *Sistema de escrita alfabética*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longe. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Caxambu: ANPEd, 2002.

NOTAS

¹ Mortatti (2000) e Moll (1996) mostram como essa questão é recorrente na história da educação brasileira e como, em diferentes momentos históricos, respostas variadas foram dadas a ela.

Recebido: 07/07/2013

Aprovado: 16/11/2014

Contato:

Centro Universitário UNA
Faculdade de Ciências Humanas.
Rua dos Aimorés, 1451 Lourdes
Belo Horizonte | MG | Brasil
CEP 30.140-071

